

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

Projeto de Lei n. 268/2021 de autoria do nobre **Vereador Fransuá**, que “**DISPÕE** sobre o projeto "Esporte na Melhor Idade" no âmbito do Município de Manaus e da outras providências.”

PARECER

I – DO RELATÓRIO

Projeto de Lei n. 268/2021 de autoria do nobre **Vereador Fransuá**, que “**DISPÕE** sobre o projeto "Esporte na Melhor Idade" no âmbito do Município de Manaus e da outras providências.”

Após ser deliberado em Plenário em 14 de julho de 2021, registra-se que a matéria recebeu da Procuradoria desta Casa Legislativa parecer opinativo favorável quanto a sua regular tramitação. Na segunda comissão, foi rejeitado o parecer favorável do relator e aprovado o parecer contrário da Comissão pela totalidade dos presentes, na reunião do dia 14 de março de 2022.

Cabe a esta Comissão Técnica Permanente a análise e emissão de parecer sobre o aspecto constitucional, legal e jurídico e de redação técnica da propositura *sub examine*, conforme art. 38, III, do Regimento Interno. Senão vejamos:

Art. 38. À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Compete:

III – opinar sobre o aspectos constitucional, legal e jurídico da redação técnica legislativa, de todas as matérias em apreciação na Casa, bem como sobre o mérito das composições que versem a respeito de Direito Civil, Comercial, Penal, Administrativa, Fiscal, Processual, direitos políticos da pessoa humana e garantias constitucionais, desapropriação, emigração e imigração;

É o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, cabe salientar que o Projeto de Lei nº 268/2021, a iniciativa é de fato necessária e seria muito bem-vinda, no entanto, o legislador e autor ao apresentar o Projeto, em tela, cria obrigações, conforme os constantes no Art. 1º, do referido projeto, no qual esbarra numa competência privativa e exclusiva do Prefeito Municipal, sobre o assunto, conforme se estabelece no inciso IV, art. 59, senão vejamos:

Art. 59 – Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

IV – criação, extinção e organização dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município.

A iniciativa do autor, no entanto o PL Nº 268/2021, em análise nesta da forma apresentada, fere o art. 59 da LOMAM, uma vez que estabelece diretrizes e atribuições, cuja competência é privativa do Poder Executivo, ferindo ainda o artigo 14º da mesma Lei Orgânica do Município - LOMAM, que diz:

Art.14: O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

Portanto, o presente projeto acaba se tornando inconstitucional e ilegal, pelo fato de se encontrar em discordância com o artigo 14º, que estabelece a separação e harmonia entre os poderes e o art. 59, ambos da LOMAM, cujo teor da matéria sobre o assunto é de competência privativa do Prefeito Municipal.

II – DO VOTO

Assim sendo, esta Comissão opina pela rejeição do presente Projeto de Lei. À luz do exposto, somos **CONTRÁRIO** à aprovação do Projeto de Lei n. 268/2021, asseverando o seu arquivamento.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 10 de março de 2022.

(Assinatura Digital)

Ver. Joelson Silva
Presidente

(Assinatura Digital)

Ver. Joao Carlos
Membro

(Assinatura Digital)

Ver. Caio André
Membro

(Assinatura Digital)

Ver. Bessa
Membro

(Assinatura Digital)

Ver. Eduardo Assis
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

ASSINATURAS DIGITAIS

JOELSON SALES SILVA - VEREADOR - 437.045.812-91 EM 17/03/2022 12:09:17
JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - VEREADOR - 074.890.987-77 EM 17/03/2022 11:06:49
MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORREA (CONCORDÂNCIA) - VEREADOR - 508.641.732-53 EM 17/03/2022 11:00:35
CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - VEREADOR - 641.056.792-87 EM 17/03/2022 11:00:29
MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS - VEREADOR - 715.257.182-15 EM 17/03/2022 11:01:11

